

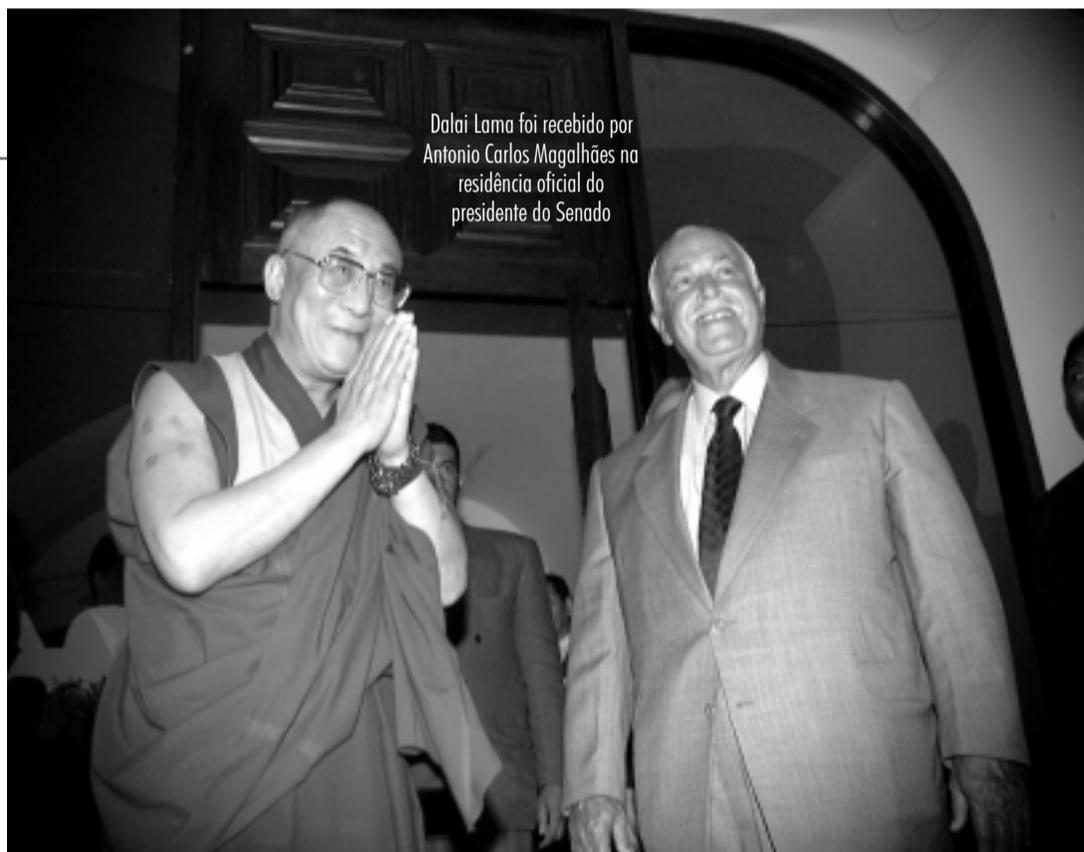
Senado instala hoje a CPI do Judiciário

Partidos indicam seus representantes, possibilitando o início dos trabalhos da comissão parlamentar de inquérito. Também já são conhecidos os senadores que vão atuar na investigação do sistema financeiro

Dalai Lama conversa com FHC e ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu ontem, em sua residência, o Dalai Lama, Prêmio Nobel da Paz de 1989. A visita de cortesia, que durou cerca de 20 minutos, serviu também para um encontro do líder espiritual do budismo tibetano, cuja viagem ao Brasil não tem caráter oficial, com o presidente Fernando Henrique Cardoso.

PÁGINA 3



Dalai Lama foi recebido por Antonio Carlos Magalhães na residência oficial do presidente do Senado

A comissão parlamentar de inquérito criada para investigar denúncias de irregularidades no Judiciário será instalada hoje, às 10h, pelo Senado. Os ofícios dos partidos indicando seus representantes na comissão, e também na que investigará o sistema financeiro, chegaram ontem à Mesa Diretora. O PMDB terá quatro integrantes em cada CPI; o PFL, três; o PSDB, dois; e o Bloco Oposição, dois.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, autor do requerimento de criação da CPI do Judiciário, disse ontem que usará os instrumentos legais disponíveis para garantir o comparecimento de juizes convocados a prestar depoimento. "Não vamos infringir a lei nem deixar que os juizes se transformem em infratores", afirmou o senador.

PÁGINA 3

Projeto prevê punição para excesso de gastos públicos

O senador Álvaro Dias apresentou ontem, com assinaturas de todos os integrantes da bancada do PSDB, projeto de lei complementar que responsabiliza o presidente da República, governadores e prefeitos pelo desrespeito aos limites de gastos públicos.

De acordo com a proposta, administradores que não apresentarem ao Legislativo projeto de ajuste fiscal, após um exercício com déficit nas contas públicas, poderão ser afastados e multados em valores elevados.

PÁGINA 2

Educação ambiental pode ser obrigatória

PÁGINA 5

COMUNIDADE SOLIDÁRIA



Milton Seligman, ao lado dos senadores Osmar Dias e Heloisa Helena, fala na Comissão de Assuntos Sociais sobre o programa Comunidade Solidária

Desenvolvimento integrado combate a pobreza, diz Seligman

O secretário-executivo do Comunidade Solidária, Milton Seligman, expôs ontem, na Comissão de Assuntos Sociais do Senado, a nova estratégia do programa, baseada no "desenvolvimento local integrado e sustentável".

PÁGINAS 6 E 7

Patrocínio defende reciclagem de lixo

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) defendeu ontem a adoção da prática da reciclagem de lixo e resíduos como forma de preservar o direito das gerações futuras a um ambiente sadio. "É nossa responsabilidade impedir que se persiga o progresso a qualquer preço. Os governos, as indústrias, as famílias e o público em geral devem unir esforços para reduzir a geração de rejeitos e de produtos descartados e o desperdício nas embalagens, estimulando tanto a reciclagem dos resíduos quanto a introdução de produtos ambientalmente saudáveis", afirmou.



Carlos Patrocínio

Segundo dados publicados no jornal *O Estado de S. Paulo*, informou Patrocínio, o Brasil perde anualmente cerca de R\$ 4,6 bilhões por não aproveitar a totalidade do potencial de reciclagem do lixo domiciliar. O senador observou que a reciclagem de uma tonelada de papel resulta em economia de 50% de energia elétrica e de 10 mil litros de água, além de evitar o corte de 17 árvores.

Os alegres bebedores de cerveja das sextas-feiras, estimulados pela publicidade televisada, ignoram que uma tonelada de alumínio reciclado economiza cinco toneladas de bauxita. Ao brindar erguendo as latinhas, desconhecem que 70% delas já são recicladas e que podem ser reaproveitadas infinitamente – comentou o senador.

Para Patrocínio, a indústria da reciclagem seria uma oportunidade de geração de empregos para mão-de-obra menos qualificada e de proporcionar retorno social e ecológico ao país. Ele disse ainda que as cidades brasileiras produzem 90 mil toneladas de lixo por dia, que são espalhados em 12 mil pontos de despejo. De acordo com dados da Embrapa apresentados pelo senador, cerca de 60% desses lixões são corpos de água, comprometendo-se assim a vida dos rios, o abastecimento de água, a saúde das populações e o futuro dos lençóis freáticos. Para ele, a reciclagem seria o procedimento mais sensato e racional.

PSDB apresenta projeto para limitar gasto público

Proposta que leva a assinatura de toda a bancada do partido prevê ajuste fiscal obrigatório após um exercício com déficit nas contas públicas

Com a assinatura de toda a bancada do PSDB, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) apresentou ontem projeto de lei complementar que responsabiliza todo governador, prefeito e presidente da República que não respeitar limites de gastos públicos. Será submetido a processo de afastamento aquele que não apresentar ao Legislativo projeto de ajuste fiscal, após um exercício com déficit nas contas públicas.

Ao justificar a proposta de responsabilidade fiscal, Álvaro Dias afirma que, após o Plano Real, ficou claro que as finanças públicas passaram a depender da qualidade de gestão dos governadores, dos prefeitos e do presidente da República. Por isso, ele considera neces-

sário adequar as leis existentes para impedir que os administradores continuem desequilibrando as contas públicas.

– O objetivo é enquadrar os diversos entes da Federação dentro de suas reais limitações financeiras, estabelecendo mecanismos automáticos de bloqueio orçamentário e controle de gastos – sustenta Álvaro Dias.

As punições aos administradores que não cumprirem as exigências orçamentárias não se limitam ao processo de afastamento. Quem violar as normas estará também sujeito a multas altíssimas, a serem aplicadas pela Justiça comum.

Entre outras coisas, o projeto proíbe qualquer chefe de Executivo de autorizar gastos por conta de excesso de arre-

cação sem comprovar antes o aumento de receita. É mais: assim que o tribunal de contas enviar ao Legislativo o resultado de um exercício financeiro com déficit, haverá automaticamente bloqueio de contas do orçamento em execução. O bloqueio será no mesmo valor do déficit apresentado. Só haverá liberação do dinheiro bloqueado se o governo apresentar medidas de ajuste fiscal e elas forem aprovadas pelo Legislativo.

– Com o projeto, pretende-se garantir que os orçamentos públicos não sejam utilizados para mascarar desequilíbrios fiscais, que acabarão comprometendo as gerações futuras – justifica o senador Álvaro Dias.

Plenário vota autorização de crédito e acordos internacionais

O Senado realiza sessão ordinária hoje, às 10h, devendo votar projeto de resolução que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US\$ 25 milhões. Esses recursos serão destinados a financiar, parcialmente, o Programa Interlegis – Rede de Integração Legislativa, executado pelo Prodasen. O relator é o senador Jonas Pinheiro (PFL-MT).

Deverão ser votados também três projetos de decreto legislativo relativos a acordos internacionais. O primeiro,

com parecer favorável do senador Romeu Tuma (PFL-SP), é o Acordo sobre Serviços Aéreos, celebrado entre o governo brasileiro e a República da Hungria. O segundo, também com parecer favorável da senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), aprova o texto do Acordo Comercial celebrado entre o governo brasileiro e o da Indonésia.

Tendo como relator o senador Moreira Mendes (PFL-RO), o outro projeto refere-se ao Convênio Interamericano sobre Permissão Internacional de Radioamador, aprovado em 1995, em Washington. O parecer é favorável.

CI discute relatório sobre eixos de desenvolvimento

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado (CI), presidida pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), aprecia hoje, em reunião prevista para as 9h30, requerimento do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) pedindo o comparecimento do secretário-executivo do Ministério do Orçamento e Gestão, para prestar informações sobre o relatório acerca dos eixos nacionais de integração e desenvolvimento.

O relatório encontra-se atualmente em fase de elaboração. A CI examina na mesma reunião projeto da Câmara dos Deputados que dispõe sobre a ligação rodoviária no Plano Nacional de Viação, no extremo Norte, entre os estados do Pará e Maranhão. O relator da matéria é o senador Romero Jucá (PSDB-RR).

Nabor apela por "soldados da borracha"

Em apelo ao ministro da Previdência Social, Waldeck Ornelas, o senador Nabor Júnior (PMDB-AC) pediu solução para a concessão de pensões àqueles que trabalhavam nos seringais durante a Segunda Guerra Mundial.

O benefício constitucional aos "soldados da borracha" – que se deixaram embrenhar na Amazônia em busca de seringais nativos para que não faltasse borracha ao "mundo livre" – tornou-se inaccessível, dadas "as normas draconianas impostas pelo ministério", afirmou o senador.



Nabor Júnior

Nabor Júnior, autor de um projeto de lei sobre o assunto, também apelou ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, para que este "encareça ao seu conterrâneo e nosso colega Waldeck Ornelas um particular empenho no sentido de que a solução para o problema seja adotada com urgência e nos termos apropriados".

Amorim quer explicação sobre venda da Ceron

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) cobrou do ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, uma posição a respeito da privatização da Ceron, a companhia de energia elétrica de Rondônia. Juntamente com o senador Moreira Mendes (PFL-RO), Amorim solicitou ao ministro, que participou na noite de ontem de audiência pública nas comissões de Serviços de Infra-Estrutura e de Fiscalização e Controle, providências com relação à venda da empresa. Amorim qualificou a atual administração da Ceron de "a pior e a mais corrupta da história".



Ernandes Amorim

– O ministro está sendo ludibriado pelas raposas do setor elétrico. O processo de privatização em Rondônia constitui-se em um verdadeiro escândalo – afirmou.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 8 DE ABRIL DE 1999

Senador Antonio Carlos Magalhães
Presidente
11h - Preside sessão deliberativa ordinária
15h30 - Recebe o ministro do Orçamento e Gestão, Pedro Parente

PLENÁRIO

10h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: "Projeto de Resolução nº 35/99, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo junto ao BID, e diversos PDLs que aprovam acordos internacionais."

COMISSÕES

9h30 - Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 1.803-3. Pauta: Instalação da Comissão. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 02*
9h30 - Comissão de Infra-Estrutura
Pauta: "PLC nº 44/98, que dispõe sobre a ligação rodoviária no Plano Nacional de Viação, no extremo Norte, nos estados do Pará e Maranhão; e "Requerimento nº 05/99, para que seja convidado o secretário executivo do Ministério do Orçamento e Gestão a fim de prestar informações e esclarecimentos. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 13*
10h - Sessão de instalação da CPI do Judiciário
Pauta: Destina-se a apurar, no prazo de 120 dias, "fatos contendo denúncias concretas a respeito de irregularidades praticadas por integrantes dos Tribunais Superiores, de Tribunais Regionais e de Tribunais de Justiça". *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-7115
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo 1 do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Heloísa vê negligência com saúde da população

Ao registrar a passagem do Dia Mundial da Saúde, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) apontou ontem a negligência do poder público no Brasil com os serviços do



Heloísa Helena

setor. Ela disse que a vida lhe deu várias oportunidades de ver de perto as consequências dessa falta de investimento do Estado num sistema de saúde eficiente. Tendo nascido "pobre, asmática, sofrendo problemas renais e vivendo num dos estados campeões de desigualdade no país", Heloísa fez um relato das péssimas condições de saúde suportadas pela maioria da população brasileira.

Professora de Epidemiologia, ela se disse testemunha de situações perversas, que mostram uma realidade muito distante daquilo que as normas legais tentam regulamentar. Conforme Heloísa Helena, é cruel o país ter um Estatuto da Criança tão pró-digo em direitos e tão distante da realidade. "O que vemos é o Estatuto da Criança rasgado. Vemos crianças com as mãos arancadas pelas foices do trabalho escravo nos canaviais. Somos nós, do setor de saúde, que vemos as maiores atrocidades às vésperas do ano 2000", testemunhou a parlamentar.

Os senadores Sebastião Rocha (PDT-AP), Emília Fernandes (PDT-RS), Geraldo Cândido (PT-RJ) e Casildo Maldaner (PMDB-SC) concordaram com as preocupações de Heloísa.

Tião Viana critica falta de empenho

Ao lembrar o Dia Mundial da Saúde, o senador Tião Viana (PT-AC) lamentou ontem que, por falta de decisão política, doenças quase erradicadas no Brasil es-



Tião Viana

tejam voltando com força, como é o caso da malária, da dengue e da tuberculose. "O Brasil registra 100 mil casos anuais de malária, quase que exclusivamente na região Norte, quando todos sabem que seu controle efetivo é simples e barato", enfatizou.

Segundo Tião Viana, na hora que o governo quiser acabar com endemias, em especial com a malária, ele logrará fazê-lo. "A Fundação Nacional da Saúde (FNS), apesar de seu passado fantástico com a Sucam e seus guardinhas vestidos de amarelo, se tornou inoperante nos últimos 20 anos, incapaz de combater endemias. Mas mantém um verdadeiro exército de profissionais de saúde, capazes de promover uma revolução na saúde pública do país, caso exista vontade política do governo nesse sentido", garantiu.

CPI do Judiciário será instalada hoje

Comissão elege presidente, vice-presidente e relator. ACM diz que usará "instrumentos legais" para garantir o comparecimento de juizes que forem convocados para depor

A CPI do Judiciário será instalada hoje, às 10h, na sala 3 da Ala Senador Alexandre Costa, do Anexo II do Senado. Os ofícios dos líderes partidários indicando os representantes de cada bancada na comissão, bem como na CPI do Sistema Financeiro, chegaram à Mesa ontem, para conhecimento da Casa e publicação, de acordo com o Regimento. Hoje, serão eleitos o presidente e o vice-presidente, assim como o relator da CPI que investigará denúncias de irregularidades no Judiciário.

Após participar de reunião da Executiva do PFL, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse na manhã de ontem que usará os "instrumentos legais" disponíveis para garantir o comparecimento dos juizes que forem convocados para depor na CPI do Judiciário, apesar das orientações em contrário já fixadas por alguns órgãos da Justiça brasileira:

– Não vamos infringir a lei e nem deixar que os juizes, os maiores responsáveis por ela, se transformem em infratores da lei – afirmou.

Na reunião da Executiva do Partido da Frente Liberal, os parlamentares tomaram conhecimento dos resultados de pesquisa de opinião feita pelo Instituto Vox Populi a respeito dos problemas do Judiciário e da oportunidade de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar irregularidades como corrupção e nepotismo (veja reportagem nesta página).

Executiva do PFL reuniu-se com a presença de Antonio Carlos e avaliou pesquisas de opinião favoráveis à realização da CPI



O senador Antonio Carlos Magalhães avaliou, após a reunião da Executiva, que a pesquisa "fortalece o partido que tomou a iniciativa de propor a CPI e fortalece muito mais a democracia".

Ele destacou que "não há democracia forte sem um bom Poder Judiciário". Mas ressaltou: "Um Judiciário que aja com correção e que seja símbolo da Justiça, e não símbolo da corrupção, do nepotismo e da lentidão".

Com o apoio da opinião pública, acrescentou Antonio Carlos, é com esses problemas do Judiciário que o PFL quer acabar. A CPI, destacou, deverá permitir "a punição dos desonestos, mas também dar uma nova construção, o que é mais importante, para que a Justiça doravante funcione melhor no Brasil".

Formadores de opinião também apóiam comissão

A CPI do Judiciário também tem alto índice de aprovação (82%) no segmento dos formadores de opinião, conforme revela pesquisa encomendada pela Executiva do PFL ao Instituto Vox Populi. Os resultados da sondagem foram expostos à direção do partido pelo diretor do instituto, José Francisco Meira, durante reunião realizada na manhã de ontem, à qual compareceu o senador Antonio Carlos Magalhães.

As conclusões do levantamento coincidem com as de outra pesquisa, realizada num universo mais amplo, e divulgada na véspera. Feita pelo Vox Populi, a pedido da Confederação Nacional dos Transportes (CNT), apontou que 87% da população em geral está a favor da realização da CPI; 89% reclama que a Justiça é demorada; 59%, que ela não funciona para os pobres.

Já o estudo feito para o PFL concluiu que 76% dos formadores de opinião consideram urgente "uma

profunda reforma" na Justiça brasileira, e que a CPI já era assunto conhecido por 53% das pessoas abordadas. A iniciativa de criação da CPI foi aprovada totalmente por 50%, e parcialmente por 32%, recebendo apenas 13% de desaprovção.

No item "atributos de imagem" da Justiça brasileira, a mesma pesquisa constatou que a quase totalidade dos entrevistados – 94% – a consideram "lenta", 81%, "cara", e 77% "de acesso difícil". Outra quase unanimidade: 80% afirmam que o nepotismo não deve ser permitido.

Segundo o diretor do Vox Populi, a sondagem encomendada pelo PFL foi realizada entre 30 de março e 1º de abril, utilizando a técnica de "pesquisa quantitativa através de survey por telefone". Foram realizadas 500 entrevistas em 115 municípios, e o instituto estima a margem de erro em 5%.

CPI do Judiciário

PMDB (4)	Titulares: Ramez Tebet (MS), Gerson Camata (ES), Ney Suassuna (PB), Maguito Vilela (GO). Suplentes: Amir Lando (RO), Djalma Falcão (AL), Pedro Simon (RS).
PFL (3)	Titulares: Paulo Souto (BA), Geraldo Althoff (SC), José Agripino (RN). Suplentes: Djalma Bessa (BA), Moreira Mendes (RO).
PSDB (2)	Titulares: Geraldo Melo (RN), Carlos Wilson (PE). Suplente: Luzia Toledo (ES).
Bloco Oposição (2)	Titulares: Jefferson Péres (AM), José Eduardo Dutra (SE). Suplente: Ademir Andrade (PA).

CPI do Sistema Financeiro

PMDB (4)	Titulares: Fernando Bezerra (RN), Gilberto Mestrinho (AM), João Alberto Souza (MA), José Alencar (MG). Suplentes: Pedro Simon (RS), Carlos Bezerra (MT), Jader Barbalho (PA).
PFL (3)	Titulares: Bello Parga (MA), Romeu Tuma (SP), Eduardo Siqueira Campos (TO). Suplentes: Jonas Pinheiro (MT), Juvêncio da Fonseca (MS).
PSDB (2)	Titulares: Lúcio Alcântara (CE), José Roberto Arruda (DF). Suplente: Romero Jucá (RR).
Bloco Oposição (1)	Titulares: Eduardo Suplicy (SP), Roberto Saturnino (RJ). Suplente: Emília Fernandes (RS).

Dalai Lama visita ACM e se encontra com presidente

O presidente Fernando Henrique Cardoso encontrou-se ontem com o Dalai Lama, Prêmio Nobel da Paz de 1989, durante uma visita de cortesia do líder tibetano à residência oficial do presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães. O encontro durou cerca de vinte minutos. O senador esclareceu que Fernando Henrique aproveitou para cumprimentar o líder espiritual do budismo tibetano, cuja visita ao Brasil não tem caráter oficial:

– Com o encontro aqui, ficou mais fácil para o presidente – explicou.

Na conversa, foram abordados assuntos gerais da atualidade, inclusive o conflito na Iugoslávia. O visitante expressou preocupação com problemas sociais brasileiros, em especial a situação das crianças, e Antonio Carlos informou-o

sobre as iniciativas recentes nesse setor.

Fernando Henrique veio acompanhado do chefe da Casa Militar, general Alberto Mendes Cardoso, e fez um breve apanhado dos esforços do governo para promover a reforma agrária, ressaltando ao visitante que a eliminação das diferenças é um processo longo.

Segundo o presidente do Senado, quando o deputado Fernando Gabeira, que acompanhava o Dalai Lama, tentou abordar a situação política do Tibete, o presidente desviou o assunto polidamente.

Antonio Carlos convidou o líder budista a visitar a Bahia e disse-lhe que, a exemplo do povo tibetano, também os baianos são altamente espiritualizados. O diálogo foi em inglês e foi servido chá preto ao visitante.

Cabral elogia trajetória do jornalista Murilo Melo Filho

O senador Bernardo Cabral (PFL-AM) enalteceu ontem a figura do jornalista Murilo Melo Filho, recentemente eleito membro da Academia Brasileira de Letras (ABL). "Trata-se de um intelectual denso, profundo, cuja vida e obra são exemplos para muitos. Ao longo de décadas de trabalho jornalístico, distinguiu-se pela análise fria dos acontecimentos e testemunho político intenso, transmitindo os fatos com coragem e correção", disse.

Cabral ressaltou a importância de seus livros *O Desafio Brasileiro*, *O Milagre Brasileiro* e *O Modelo Brasilei-*



Cabral destacou "coragem e correção" do novo integrante da ABL

ro, best-sellers durante semanas nas livrarias, que foram adotados como obras didáticas na cadeira de Estudos de Problemas Brasileiros de várias universidades.

Em apertes, os senadores Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) e Ney Sussanna (PMDB-PB) ressaltaram "a figura humana e intelectual" de Murilo Melo Filho. No exercício da presidência da sessão, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) cumprimentou o novo imortal da academia, em nome do Senado, manifestando a satisfação de todos os seus conterrâneos em vê-lo na ABL.

Ademir quer técnico à frente do Ibama do Pará

Em apelo ao ministro do Meio Ambiente, José Sarney Filho, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) reivindicou que a superintendência do Ibama no Pará seja assumida por um técnico. Ele pediu que o ministro não atenda ao pedido que teria sido feito pelo deputado Raimundo Santos (PFL-PA), "que reclama a indicação para dar seu voto de apoio ao



Ademir contesta os métodos de nomeação usados no governo FHC

governo no Congresso", conforme noticiado pelo jornal *Correio Braziliense*.

Para votar favoravelmente à reeleição do presidente da República, o deputado pefelista exigiu, segundo o se-

nador, as indicações para a superintendência da Fundação Nacional de Saúde (FNS) no estado e o cargo de executor do Incra em Paragominas.

Seis meses depois, relatou Ademir, a FNS registrou "um desfalque comprovado de R\$ 4 milhões". E acrescentou: "Seu irmão, prefeito de Paragominas, foi afastado do cargo por

corrupção".

— Condene veementemente o governo Fernando Henrique por fazer política com a nomeação de dirigentes de órgãos públicos — protestou o senador.

Álvaro Dias pede prioridade para a reforma política

Embora não veja a proposta como uma "panacéia", o senador sustenta que a sua aprovação seria o primeiro passo para a organização do país

"A reforma político-partidária deveria preceder a todas as outras", afirmou ontem o senador Álvaro Dias (PSDB-PR), pedindo a seu partido que assuma o comando dessa mudança e procure convencer os congressistas a tornar esse sonho realidade. Em sua opinião, o Congresso Nacional não cuidou da reforma política e o Executivo não teve ainda êxito em promover as demais reformas.

— Sabemos que a reforma política não é a panacéia que vai resolver todos os problemas do Brasil, mas sem dúvida é o primeiro passo para a organização do país. E o país só será feliz com um modelo verdadeiramente organizado — disse ele.

Álvaro Dias acredita que existe um "tremendo desencanto" no Brasil em relação aos políticos, partidos e instituições. A seu ver, basta verificar as pesquisas para observar o que o povo brasileiro pensa dos seus políticos. Apontou também os resultados eleitorais, com o elevado percentual de votos brancos e nulos, como um exemplo da condenação do modelo

político vigente.

Para o senador, os brasileiros estão condenando seus representantes e esse modelo político há vários anos e com uma insistência invejável, deixando claro que ele está completamente superado. "Sendo assim, por que a reforma política não passa de discurso? A quem interessa a permanência desse modelo político ultrapassado?", indagou. Na avaliação do senador, o próprio presidente da República tem-se esforçado para alcançar essa organização institucional, "mas o Brasil ainda é um país tremendamente desorganizado".

Álvaro argumentou que as iniciativas de instalação de comissões parlamentares de inquérito são eficazes, visto que encerram uma atividade precípua do Legislativo, mas sustentou que o Parlamento não pode esquecer outras tarefas fundamentais, como a de legislar —



Álvaro Dias lembra "desencanto" dos brasileiros com políticos

reformular o que está ultrapassado.

Na sua opinião, abdicar da reforma política é deixar o país à mercê de espertezas, como a dos partidos nancos, que, assinolou, existem apenas para vender espaço para legendas maiores às vésperas das eleições. No entender de Álvaro Dias, cabe ao PSDB assumir a

bandeira dessa reforma. Ele admitiu que a Constituição federal também precisa ser reformada, mas ressaltou que, com o atual quadro partidário, o Brasil faria uma Constituição pior. "Melhor deixar como está", aconselhou. Em aparte, o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) manifestou sua concordância, afirmando que, se a Constituição não é a ideal, não pode só por isso ser transformada num "canteiro de obras".

Votação deve começar por medidas consensuais, sugere Alcântara

"As modificações propostas pela Comissão da Reforma Política devem ser feitas por partes, na medida em que forem consensuais", opinou ontem o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), durante debate suprapartidário sobre a reforma, promovido pela Fundação Milton Campos, ligada ao PPB. Para o senador ce-



Lúcio Alcântara propôs o aperfeiçoamento do instituto da reeleição

arense, não se deve esperar da reforma a solução de todos os problemas brasileiros.

Falando para cerca de cem pessoas

instituto, Alcântara disse temer um controle excessivo do Legislativo pelo Executivo.

— Há matérias em que não se pode

reunidas no auditório do Anexo IV da Câmara dos Deputados, Lúcio Alcântara analisou algumas das alterações previstas nos projetos de lei e propostas de emenda constitucional que integram a reforma política. O senador demonstrou especial preocupação com a fidelidade partidária. Frisando que é favorável ao

constranger o parlamentar a votar dessa ou daquela forma. A fidelidade só vale se houver democracia interna nos partidos. O instituto cairia muito bem num regime parlamentarista, já que, quando a banca governista não concorda com o Executivo, há uma mudança no gabinete — argumentou.

Lúcio Alcântara defendeu a continuidade do voto obrigatório. Para ele, instituir o voto facultativo "seria uma inconveniência" no atual estágio político brasileiro, e poderia prejudicar a representatividade dos eleitos, uma vez que a participação do eleitor ficaria diminuída. O senador se posicionou favoravelmente à manutenção da reeleição, "um instituto democrático, que precisa ser aperfeiçoado".

Mauro Miranda lamenta assassinato de prefeito de Buriti Alegre

Em nome do PMDB de Goiás, o senador Mauro Miranda (PMDB-GO) lamentou a morte do prefeito de Buriti Alegre, Jaime Ferreira de Carvalho. Três tiros à queima-roupa, desferidos em via pública, provocaram a morte instantânea do prefeito, narrou o senador, dizendo ainda que o assassinato surpreendeu a sociedade local, "que tinha no ex-prefeito uma de suas figuras mais queridas".

Jaime Carvalho ocupava o cargo de prefeito pela segunda vez, e, segundo

Mauro Miranda, é em parte pela sua eficiência à frente da prefeitura que Buriti Alegre tornou-se uma das comunidades mais ativas na região de confluência entre Goiás e Minas Gerais.

— Ao trazer minha mensagem de solidariedade aos familiares do prefeito e ao povo que ele liderava, quero também lavar o meu protesto contra todas as formas de violência — afirmou.

Para o senador, o crime cometido em Buriti Alegre não enluta apenas a população da cidade, mas todo o país. É

mais um episódio na história de violência na vida brasileira, que, segundo o senador, deve motivar a todos na busca de soluções "pela via do diálogo e do entendimento", com a preocupação permanente com a paz.



Mauro Miranda protestou contra a violência

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 — Senado em Pauta
7h — Saúde Todo Dia — Ginástica Restauradora
7h30 — Especial/Unip — Estrabismo — 1ª parte
7h55 — Senado em Pauta
8h — Saúde Todo Dia — Ginástica Natural
8h30 — Jornal do Senado
8h55 — Senado em Pauta
9h — Cores do Brasil — Rio de Janeiro
9h30 — Entrevista com o senador Roberto Saturnino
9h55 — Senado em Pauta
10h — Sessão Plenária (ao vivo)
12h30 — Entrevista com o senador Roberto Saturnino
12h55 — Senado em Pauta
13h — Cores do Brasil — Espírito Santo
13h30 — Debate — O psiquiatra José Outeiral e o pediatra Márcio Lisboa debatem sobre violência infantil-juvenil
14h30 — Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 — Entrevista com o senador Roberto Saturnino
19h — Agenda Econômica — O ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, comenta a influência negativa exercida pelo Custo Brasil para meta de superávit na balança comercial de US\$ 11 bilhões traçada pelo governo federal

20h — Cores do Brasil — Diamantina
20h30 — Entrevista com o senador Roberto Saturnino
21h — Jornal do Senado
21h15 — Debate — O psiquiatra José Outeiral e o pediatra Márcio Lisboa debatem sobre violência infantil-juvenil
21h55 — Senado em Pauta
22h — Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e informação
10h — Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — Sessão Plenária (reprise)
Em seguida — Música e informação
19h — "A Voz do Brasil"
Em seguida — Música e informação
20h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Nordeste"
Em seguida — Música e informação
21h — "Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida — Música e informação
21h30 — "Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste"
Em seguida — Música e informação



Roberto Freire vê seu estado como importante pólo jornalístico do Nordeste

Freire faz homenagem à imprensa de PE

Os aniversários de três empresas pernambucanas de comunicação receberam ontem a homenagem do senador Roberto Freire (PPS-PE), que as parabenizou pelo fato de o estado, após enfrentar sérias dificuldades nesse setor, "ocupar hoje novamente o seu papel de importante pólo jornalístico do Nordeste".

O *Jornal do Commercio*, destacou o senador, superou situações delicadas e chegou aos 80 anos modernizado gráfica e gerencialmente. O outro veículo homenageado por Freire, *A Folha de Pernambuco*, completou um ano de existência e "levou para o estado o formato do chamado jornalismo popular, o que não o impede de ser um veículo de informação por excelência". Finalmente, a *Rádio Clube de Pernambuco*, "nos seus 80 anos de atividade permanente, se transformou em ícone da mídia radiofônica do estado", disse.

Rocha condena privatização da Eletronorte

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) afirmou ontem que a privatização da Eletronorte, estatal responsável pela geração de energia na região Norte, trará consequências negativas para a população amazônica. De acordo com o senador, o governo pretende desvincular a hidrelétrica de Tucuruí do restante do sistema energético da região e criar empresas locais para cada estado, baseadas principalmente na geração de energia termoeletrônica.

Todos os sistemas da Eletronorte são deficitários, exceto Tucuruí, que tem receitas equivalentes a 50,44% do total. O resultado é que Tucuruí privatizada continuará sendo uma empresa superavitária, em face dos seus baixos custos operacionais, mas o restante da atual empresa estará inviabilizado, afetando a vida de milhões de pessoas na região Norte do país – comentou.



Sebastião Rocha

Aprovado projeto que cria a Política Nacional de Educação Ambiental

Questões ligadas ao meio ambiente, segundo a proposta que será encaminhada à sanção presidencial, passarão a ser estudadas pelos alunos em matérias como Geografia e História

Todas as escolas de todos os níveis deverão incluir nas atuais matérias informações sobre proteção ao meio ambiente, sem a exigência de se criar uma disciplina específica sobre o assunto. Isso é o que estabelece projeto de lei aprovado ontem pelo Senado, o qual institui a Política Nacional de Educação Ambiental. A redação final da proposta será ainda votada pelo Senado, para ser enviada à sanção presidencial.

De autoria do deputado Fábio Feldmann, o projeto recebeu pareceres favoráveis da senadora Marina Silva (PT-AC) e do então senador Joel de Hollanda nas comissões de Assuntos Sociais e de Educação. Os senadores Artur da Távola (PSDB-RJ) e José Jorge (PFL-PE) afirmaram, durante a discussão, que a

proposta é "inteligente", por não criar uma nova matéria curricular, mas prever que os problemas do meio ambiente serão incluídos em matérias comuns, como Geografia, História e outras.

De acordo com o autor do projeto, as constituições dos estados, a exemplo da Carta federal, incluíram capítulos sobre a proteção ao meio ambiente e definem a educação ambiental como um dos principais instrumentos dessa proteção. No entanto, não existe até agora uma orientação geral sobre a educação ambiental, o que é proposto pelo projeto em discussão.

A senadora Marina Silva destacou, durante a votação, que só pela educação o Brasil conseguirá preservar, entre outras áreas, a floresta amazônica.

Plenário acata indicações de quatro embaixadores

O ex-ministro das Relações Exteriores e atual embaixador do Brasil em Washington, Paulo Tarso Flecha de Lima, será o novo embaixador brasileiro na Itália, enquanto o secretário de Comunicação Social do presidente Fernando Henrique Cardoso, Sérgio Amaral, irá representar o Brasil junto ao Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte.

As indicações do presidente da República foram aprovadas ontem pelo plenário do Senado, com pareceres favoráveis apresentados pelos relatores na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional,

senadores Bernardo Cabral (PFL-AM) e Romeu Tuma (PFL-SP).

O plenário aprovou também a indicação do ex-chanceler Celso Amorim para a chefia da delegação permanente do Brasil em Genebra. O relator, que deu parecer favorável, foi o senador Carlos Wilson (PSDB-PE).

Na mesma sessão, os senadores concordaram com a indicação do atual chefe da Assessoria Especial da Presidência da República, Gelson Fonseca Júnior, para o posto de chefe da Missão do Brasil junto às Nações Unidas. O relator, senador João Alberto (PMDB-MA), também apresentou parecer favorável.

O que prevê o projeto

- A discussão dos problemas do meio ambiente será incluída no currículo de disciplinas como geografia, história, etc.
- Será criado um órgão responsável por toda a política pública de educação ambiental.
- Os professores deverão fazer cursos de formação em educação ambiental.
- 20% dos recursos arrecadados com a aplicação de multas contra agressores do meio ambiente serão aplicados em educação ambiental.

Dívida pública pode ter crescimento de 17,9%

A dívida pública interna do governo federal em moeda e títulos deverá encerrar o mês de junho em no máximo R\$ 433 bilhões, um crescimento de até 17,9% em relação a junho do ano anterior. A previsão consta da programação monetária do governo para o segundo trimestre deste ano, aprovada ontem pelo plenário do Senado.

Ao justificar tal crescimento, a equipe econômica do governo informa que ele se deve ao aumento da taxa de juros, utilizado para conter a inflação logo após a adoção do câmbio flutuante, em janeiro.

Com parecer favorável do relator na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE),

senador Bello Parga (PFL-MA), a programação apresenta números do comportamento da economia nos últimos meses. Revela que a economia diminuiu em 1,64% no último trimestre do ano passado. Com isso, 1998 fechou com um crescimento do PIB de apenas 0,15%, contra 3,47% em 1997. Já o índice de desemprego chegou em 1998 a 7,6%, índice maior que os 5,7% médios de 1997.

Em seu parecer, Bello Parga sustenta que a evolução da economia brasileira nos próximos meses dependerá dos resultados das reformas constitucionais em curso, bem como da acomodação dos fluxos internacionais de capitais.

ACM pensa em unir bibliotecas do Congresso

Ao presidir na manhã de ontem a solenidade de reabertura da Biblioteca do Senado, o presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, elogiou a qualidade do acervo e o trabalho que ali se desenvolve, juntamente com a dedicação dos servidores do órgão, e confessou um "sonho": unir as bibliotecas do Senado e da Câmara dos Deputados para criar a Biblioteca do Congresso Nacional brasileiro.

Antonio Carlos registrou com satisfação as contribuições que baianos como o Visconde de Cairu, Manoel Vitorino Pereira e Luiz Viana Filho deram à evolução da instituição, prometeu continuar apoiando o trabalho do órgão e destacou a qualidade dos serviços desenvolvidos pelo Senado e por seus servidores.

Ao saudar a reabertura da biblioteca, o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), primeiro-secretário da Casa, discorreu rapidamente sobre os grandes números e a qualidade do acervo. Atendendo a pedido da diretora da biblioteca, Simone Bastos Vieira, ele preferiu,

Os senadores Antonio Carlos, Ronaldo Cunha Lima, Casildo Maldaner e Carlos Patrocínio participam da reinauguração da biblioteca



com sua experiência literária, uma frase-síntese sobre aquela instituição.

– A trajetória da Biblioteca do Senado é uma história para muitos livros.

A Biblioteca do Senado Federal, batizada como Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, tem suas origens em 18 de maio de 1826, quando a Câmara dos Senadores do Império do Brasil acolheu proposta do Visconde de Cairu e decidiu criar uma comissão para elaborar o "Catálogo de Livros"

que iria compor o acervo inicial da "Livreria do Senado".

Daquela época até o momento em que, modernizada e ampliada, a biblioteca foi oficialmente reaberta – em solenidade que contou com a presença de inúmeros parlamentares, do acadêmico Marcus Vilaça, do Tribunal de Contas da União (TCU), e do procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro –, ao longo desses quase 173 anos, portanto, muita coisa

aconteceu, como lembrou a diretora.

O diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, e a diretora da biblioteca ressaltaram, em pronunciamentos, o acervo, que inclui 160 mil títulos de livros, 3.600 títulos de periódicos (400 mil fascículos), 4 mil obras raras, 2 milhões de recortes de jornais e uma biblioteca digital com aproximadamente 500 títulos de periódicos, além de mais de 100 títulos de livros eletrônicos (CD-ROM e disquete) e acesso à Internet.

A nova Biblioteca do Senado oferece, em uma área de quase 3.250 metros quadrados, sala privativa para os senadores, sala privativa para advocacia, consultoria, assessorias e diretorias, pequeno auditório (50 lugares) e uma biblioteca digital. A partir de sua modernização, ela conseguiu ampliar em 80% os assentos no salão de leitura, em 30% as estantes fixas para livros e periódicos, em 70% as estantes deslizantes e automáticas para jornais e dobrou a capacidade de estantes deslizantes para coleções especiais.

DEBATE SOBRE COMUNIDADE SOLIDÁRIA NA CAS

Seligman diz que ênfase será combate à pobreza

O programa Comunidade Solidária está adotando, a partir deste ano, uma estratégia voltada para o combate à pobreza articulando ações que incentivem o desenvolvimento local integrado e sustentável dos municípios mais pobres. A informação foi repassada pelo secretário-executivo do programa, Milton Seligman, em audiência pública que durou quatro horas e meia ontem, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR):

– Desenvolvimento local integrado e sustentável é um novo modo de promover o desenvolvimento que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas: descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas, e fomentar o intercâmbio externo aproveitando-se de suas vantagens locais – explicou Milton Seligman.

De acordo com o secretário-executivo do Comunidade Solidária, para alcançar este objetivo, o programa deixará de ser um instrumento de apoio ao município priorizado pela sua condição de pobreza e passará a ser um parceiro na alavancagem do seu desenvolvimento. Um total de 133 municípios farão parte desta segunda etapa, selecionados de acordo com suas possibilidades de se desenvolver.

Aos municípios atualmente participantes do programa Comunidade Solidária que não se enquadrarem no plano de desenvolvimento, acrescentou Milton Seligman, será garantida a manutenção de um conjunto de iniciativas atualmente disponibilizadas. Atualmente são 1.369 cidades de todo o país beneficiadas pelas ações que fazem parte do programa.

Milton Seligman lembrou que o Comunidade Solidária foi criado em 1995 como uma nova forma de enfrentar a pobreza e a exclusão social no Brasil. Ele disse que o programa foi desenhado para articular e coordenar programas sociais prioritários, além de mobilizar a parceria da sociedade civil:

– A experiência do Comunidade Solidária pode ser avaliada de modo positivo, pois vários indicadores sociais acompanhados pelo programa alteraram-se de modo a indicar o cumprimento dos seus objetivos. Entretanto, nenhum município conseguiu modificar a sua posição no ranking de pobreza – reconheceu Milton Seligman.



De acordo com o secretário-executivo do Comunidade Solidária, para alcançar seus objetivos o programa deve ser alavanca do desenvolvimento sustentado

Viana lembra que Betinho foi pioneiro contra fome

O combate à fome e à miséria começou com o sociólogo Betinho, segundo afirmou o senador Tião Viana (PT-AC) em sua intervenção na audiência pública com o secretário-executivo do Comunidade Solidária, Milton Seligman. Além do registro, ele sugeriu que o governo federal incluía a eliminação da hanseníase até o ano 2000 como uma das ações prioritárias do programa.

Tião Viana também manifestou sua preocupação com a ausência de uma política pública federal voltada para as questões demográficas. Ele disse que atualmente a quantidade de crianças entre cin-



Tião Viana

co e dez anos já é maior do que as de zero a cinco anos. Segundo o senador, no ano 2020 o Brasil terá crescimento demográfico igual a zero.

Milton Seligman concordou com a referência feita a Betinho e comprometeu-se a levar as sugestões de Tião Viana ao conselho consultivo do Comunidade Solidária sobre o combate à hanseníase e o estabelecimento de uma política voltada para as questões demográficas. Outra preocupação do senador foi sobre possíveis cortes efetuados nas Apaes, mas Seligman garantiu que elas tiveram seu orçamento recuperado para este ano.

Arruda pede informações sobre projeto de renda

Após elogiar a mudança de mentalidade do governo federal ao aplicar políticas sociais, deixando de lado o caráter partidário na implementação das ações, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) pediu a Milton Seligman informações sobre o programa de renda mínima vinculado à educação, aprovado pelo Congresso no ano passado.

Um dos autores do projeto, Arruda esclareceu que a matéria contou com o apoio do Bloco Oposição tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado Federal, e que estabelece uma complementação de renda para as famílias carentes vinculada à presença



José Roberto Arruda

das crianças na escola.

Milton Seligman informou que o programa de renda mínima dispõe de R\$ 100 milhões para ser implantado este ano. Ele adiantou que o Ministério da Educação está divulgando os detalhes do projeto, como o fato de este ser um programa onde os prefeitos têm que decidir se participam ou não, já que está previsto que a União entra com metade dos recursos e os municípios com a outra parte.

Na opinião de Seligman, este não é apenas um programa de renda mínima destinado aos municípios mais pobres do país, mas um importante investimento na educação.

Osmar fala sobre política de segurança alimentar

Depois de registrar que representou o Brasil em uma conferência da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), realizada em Roma, em 1997, onde ficou acertado entre os 187 países participantes que cada um deles criaria uma política de segurança alimentar para combater a fome, o presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador Osmar Dias (PSDB-PR), perguntou a Milton Seligman, durante a audiência pública de ontem, se o Brasil estaria fazendo a sua parte.

Pelo documento assinado na conferência, foi estabelecido um prazo de 15 anos para cada país diminuir em pelo menos a metade os casos de pessoas com dificuldades de conseguir alimentação. Osmar Dias lembrou ainda que, em 1974, em outra conferência da FAO, também em Roma, existiam 400 milhões de pessoas sobrevivendo em condições conside-

radas abaixo da linha de pobreza e que este número havia dobrado em 1997.

Milton Seligman respondeu que, na gestão do ex-presidente Itamar Franco, foi criado no Brasil um Conselho Nacional de Segurança Alimentar para acompanhar programas de produção e distribuição de alimentos. Ele informou aos senadores que, desde essa época, só tem crescido o volume de investimentos do governo federal no que diz respeito ao combate à miséria e à fome.

O secretário-executivo do Comunidade Solidária acrescentou que o programa brasileiro de entrega de cestas básicas é o maior programa de distribuição de alimentos do mundo. Mesmo assim, o secretário-executivo do Comunidade Solidária, Milton Seligman, disse acreditar que, para se acabar com a fome no país, não são suficientes apenas as ações do governo, mas também é fundamental a participação de toda a sociedade.



Osmar Dias

Simon defende presença de parlamentares no conselho

Em sua intervenção na audiência pública com Milton Seligman ontem, na Comissão de Assuntos Sociais, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) propôs que dois deputados federais e dois senadores tenham direito a participar do conselho consultivo do programa. Se a idéia for aprovada, o próprio Simon adiantou que gostaria de ser um dos integrantes.

Pedro Simon revelou que o presidente Fernando Henrique Cardoso já o havia convidado mais de uma vez para ser o líder do governo no Senado.

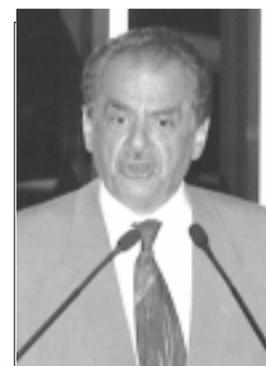
O senador gaúcho, no entanto, rejeitou o convite, mas pediu para fazer parte do conselho do Comunidade Solidária. Sua solicitação foi negada pelo fato de o conselho não contar com parlamentares.

Na opinião do senador pelo Rio Grande do Sul, a participação de parlamentares no conselho consultivo

do Comunidade Solidária seria fundamental, pois além de participar dos debates e discussões, eles intercederiam no momento da apreciação do Orçamento pelo Congresso.

O projeto que cria o serviço civil obrigatório, de autoria do próprio Pedro Simon, também foi citado por ele como importante para ser utilizado no apoio aos planos de ação social desenvolvidos pelo governo.

O secretário-executivo do Comunidade Solidária comprometeu-se a levar ao presidente Fernando Henrique Cardoso a sugestão de Pedro Simon de incluir parlamentares no conselho consultivo do programa. Sobre o serviço civil obrigatório, Milton Seligman afirmou que as primeiras experiências foram realizadas no ano passado, e que, agora em 1999, o número de municípios beneficiados será ampliado.



Pedro Simon

DEBATE SOBRE COMUNIDADE SOLIDÁRIA NA CAS

Hartung critica qualidade da aplicação de recursos públicos

Ao comentar que o desafio social no Brasil é muito grande e que a miséria atinge contornos drásticos, tanto na zona rural como na urbana, o senador Paulo Hartung (PSDB-ES) criticou a baixa qualidade da aplicação dos recursos públicos. Ele sugeriu que haja uma coordenação maior entre a União, estados e municípios, para evitar o desperdício de dinheiro. O senador fez essas observa-



Paulo Hartung

ções durante a audiência pública com o secretário-executivo do programa Comunidade Solidária, Milton Seligman, na Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Paulo Hartung também defendeu uma maior participação dos municípios na execução dos programas federais na área social. Ele explicou que, por conhecerem o problema de perto, as prefeituras têm que ser levadas em consideração na definição de prioridades. O senador também indagou sobre as iniciativas que o governo vem

tomando para garantir o futuro das novas gerações, principalmente no que diz respeito ao primeiro emprego.

Concordando que os recursos públicos são mal aplicados devido à falta de coordenação maior entre União, estados e municípios, Seligman disse que o governo federal tem vontade política de buscar uma integração maior.

Sobre as questões que dizem respeito à juventude, ele revelou que estão sendo realizados estudos que em breve serão divulgados na forma de uma proposta para combater a situação de "extrema vulnerabilidade" que atinge aos jovens no país.

Cândido sugere conselho paritário

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) sugeriu a Milton Seligman que o conselho consultivo do programa Comunidade Solidária passe a ter caráter deliberativo. Ele também propôs que, em vez de os seus membros serem indicados pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, seja estabelecido um critério de paridade em sua composição, dando igual peso à representação do governo e da sociedade.

Outro ponto abordado pelo senador foi o acordo do Brasil com o Fundo Monetário Internacional (FMI), e os cortes que dele decorreram no Orçamento federal para este ano.

Ele pediu esclarecimentos sobre entrevista concedida pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, na qual ele prometeu recompor os recursos do Comunidade Solidária.

Respondendo às indagações de Geraldo Cândido, Milton Seligman explicou que o Comunidade Solidária não dispõe de orçamento próprio, mas funciona como uma instância de articulação das ações do governo na área social.

Ele também se manifestou contra a instituição de um modelo de conselho paritário e deliberativo, justificando que seu objetivo não é formular e implementar políticas públicas, mas gerar idéias. Seligman esclareceu que, dos 32 integrantes atuais do conselho, 28 são representantes da sociedade civil e apenas quatro são ministros.



Geraldo Cândido

Maria do Carmo propõe projeto de irrigação em SE

Ao intervir na audiência pública com o secretário-executivo do Comunidade Solidária, Milton Seligman, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) sugeriu a implantação de um programa de irrigação às margens do trecho do rio São Francisco que passa por Sergipe, nos moldes do que existe em Petrolina (PE) e Juazeiro (BA).

A senadora também pediu detalhes sobre os critérios que serão utilizados para a escolha dos municípios que integrarão a segunda etapa do Comunidade



Maria do Carmo

Solidária. Ela lamentou que na primeira fase, os municípios escolhidos no seu estado não tenham sido comprovadamente os mais pobres.

Seligman comprometeu-se a levar a sugestão do projeto de irrigação apresentada pela senadora ao conselho consultivo do Comunidade Solidária. Quanto aos critérios, ele

explicou que serão selecionados os municípios das regiões mais pobres que apresentem condições de se desenvolver de forma sustentada.

Eduardo Suplicy põe em dúvida compromisso com área social

Depois de fazer um relato sobre a tramitação do projeto de renda mínima desde 1991, quando foi aprovado por unanimidade na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado, até 1997, quando foi sancionado pelo presidente da República, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) mostrou sua indignação com a demora do governo em implantar definitivamente o programa.

— Na hora de colocar recursos para salvar instituições financeiras, o governo é rápido. Mas para garantir o direito à vida das pessoas, erradicar a miséria para valer, não tem a mesma agilidade — reclamou Suplicy.

Na opinião do senador, está cada vez mais difícil acreditar nas palavras de Fernando Henrique quando ele afirma que pretende fazer do Brasil um país mais justo. Suplicy contou que em um encontro em 1995, o presidente disse



Eduardo Suplicy

que era favorável ao programa de renda mínima, mas que a primeira-dama Ruth Cardoso seria contra.

Suplicy contou que solicitou uma audiência à primeira-dama e foi convidado a fazer uma exposição no conselho do Comunidade Solidária sobre o projeto. Em seguida, Ruth Cardoso o procurou para manifestar apoio ao programa, no qual ela acreditava mais nele do que na simples distribuição de cestas básicas.

Seligman afirmou que o governo tem tanto interesse na área social que, segundo ele, tem transferido diretamente para os municípios R\$ 17 bilhões por ano, incluindo os repasses previdenciários.

Ele acrescentou que o Ministério da Educação estimulou o Comunidade Solidária a trabalhar junto às prefeituras para que elas adotem o programa de renda mínima voltado para a educação.

Sebastião Rocha quer maior integração com os municípios

Mesmo elogiando o governo federal por assinar convênios e liberar recursos com os estados, independente de filiação partidária dos governadores, o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) afirmou que, quando a União libera o dinheiro para os estados repassarem aos municípios, nem sempre essa isenção acontece.

Na visão do senador pelo Amapá, para evitar que os governadores utilizem os recursos da área social como moeda política, a União deveria negociar diretamente com os municípios o repasse das verbas e ações do Comunidade Soli-



Sebastião Rocha

dária. Sebastião Rocha também pediu que sejam fornecidos maiores detalhes aos prefeitos sobre como eles devem agir para seus municípios serem beneficiados pelo programa.

Em resposta, Milton Seligman disse que o governo federal vem aprendendo ao longo do tempo a trabalhar com todos os governos, independente de partidos. Ele acrescentou que é intenção da União fazer uma campanha de comunicação social divulgando as ações do Comunidade Solidária, e que a nova etapa do programa procura dar cada vez mais responsabilidade aos municípios.

Para Heloísa, programa pouco mudou a vida dos mais pobres

Ao comentar que o programa Comunidade Solidária já havia recebido várias denúncias de manipulações eleitorais, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) defendeu a criação de mecanismos que impeçam a utilização dos programas sociais como fonte de vantagem política. Mesmo defendendo um outro modelo para a sociedade, ela reconheceu que iniciativas como

distribuição de água e alimentos são importantes porque o povo não pode esperar. Heloísa Helena disse que os números apresentados por Seligman sobre os investimentos que o governo vem fazendo na área social não a sensibilizaram. Para ela, o dinheiro gasto não se reflete em nenhuma melhoria da qualidade de vida das cama-

das mais pobres da sociedade.

Na opinião da senadora, as ações do Comunidade Solidária deveriam ser estabelecidas através de um ministério ou secretaria própria. Ela também defendeu a criação de conselhos paritários e deliberativos nos municípios, que além de planejar possam também influir na elaboração do orçamento.



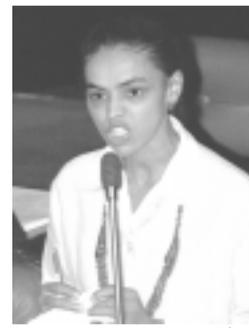
Heloísa Helena

Mesmo reconhecendo ter divergências ideológicas com a senadora, Milton Seligman opinou que os objetivos finais são semelhantes, ou seja, transformar o Brasil em um país mais justo, enfrentar a discriminação e as diferenças regionais. Ele concordou com a senadora quando ela propôs uma atenção diferenciada para a região Nordeste.

Marina não compreende cortes feitos no Amazônia Solidária

A senadora Marina Silva (PT-AC) perguntou a Milton Seligman se o empréstimo de US\$ 250 milhões recentemente contratado pelo Brasil junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), recentemente aprovado pelo Senado, seria utilizado na área social ou seria destinado ao pagamento dos juros da dívida externa.

Ela também lembrou uma reunião realizada em Copenhague, em 1995, quando o Brasil se comprometeu a implementar um programa de erradicação da pobreza. Ela perguntou quando o programa será implantado e quanto tempo levará para alcançar seu objetivo. Por fim, pediu infor-



Marina Silva

mações sobre os cortes nos recursos no programa Amazônia Solidária, cujo orçamento caiu de R\$ 11 milhões em 98 para R\$ 50 mil em 99.

Seligman afirmou que o empréstimo junto ao BID refere-se à garantia da manutenção da rede de proteção social, integrada por 22 programas públicos. Sobre o programa de erradicação da pobreza, disse já está funcionando e que as ações em busca do crescimento econômico não podem estar dissociadas da política social. Quanto ao Amazônia Solidária, Seligman prometeu entrar em contato depois com a senadora, já que não dispunha de maiores detalhes sobre o assunto.

CCJ vai aprimorar projeto sobre demissões

Senadores apontam falhas no texto que trata da dispensa de servidores estáveis e decidem apresentar emendas. Votação foi adiada para a próxima semana

Na próxima quarta-feira a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) vai analisar e votar projeto de lei da Câmara, de autoria do Executivo, que dispõe sobre normas gerais para a demissão dos servidores públicos estáveis por excesso de despesa. O projeto, que complementa a reforma administrativa, foi considerado inadequado pela maioria dos senadores da comissão, devendo receber emendas e ser aprimorado pelo relator, senador Francelino Pereira (PFL-MG), até a próxima semana.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) leu seu voto em separado, contrário ao projeto, alegando que a redação aprovada pela Câmara é falha em vários aspectos.

— Esse projeto de lei é muito ruim. Não institui normas que evitem a possibilidade de dispensa de servidores estáveis por mera motivação política, especialmente na órbita dos estados e municípios. Grave também é o fato de que a proposição, tal como oferecida ao Congresso, permitirá o tratamento sem equidade entre os Poderes, distribuindo de forma desigual os encargos decorrentes de políticas de ajustamento das finanças públicas — afirmou.

Ao remeter a regulamentação da matéria para uma “lei especial”, que definiria as carreiras típicas de Estado, o texto, segundo Dutra, “abre espaço para arbitrariedades, com demissões em massa no serviço público, a torto e a direito, na medida em que não haverá balizas a restringir a ação dos governantes”. O senador pelo PT



CCJ deverá votar na quarta-feira o projeto sobre demissão de servidores por excesso de despesa

comprometeu-se a apresentar emendas para elaborar com o parecer de Francelino Pereira.

A proposta de transferir a votação partiu do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), que falou sobre as inconveniências do projeto quanto às violações dos princípios constitucionais. Depois de ouvir vários senadores, Francelino Pereira concordou com a sugestão e apresentou requerimento adiando a votação da matéria.

Durante a discussão, Amir Lando (PMDB-RO) considerou a proposta “inútil e desnecessária”, pois não estabelece critérios aceitáveis para as

demissões. “Esse texto me envergonha como legislador”, afirmou. Álvaro Dias (PSDB-PR) também criticou o projeto, alegando que há um perigo real de ocorrer “politicagem” na demissão de servidores. Djalma Falcão (PMDB-AL) disse que é contra o fim da estabilidade e observou que esse projeto “é uma dolorosa complementação da reforma administrativa”.

Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou a proposta de adiamento da votação do projeto, bem como Jefferson Péres (PDT-AM), que se manifestou contra o fim da estabilidade e expressou a preocupação com a

possibilidade de perseguições políticas. Somente Romeu Tuma (PFL-SP) e Bello Parga (PFL-MA) falaram a favor da votação imediata da matéria, mas, ao final da reunião, concordaram com a proposta de Cabral, assumida pelo relator.

O projeto da Câmara estabelece que a demissão dos servidores estáveis por excesso de despesas deve ser feita pelo seguintes critérios: menor tempo de serviço público, maior remuneração e menor idade. Esses critérios podem ser conjugados, segundo o projeto, com número de dependentes familiares.

Extinção de juiz classista será apreciada na quarta-feira

Por solicitação da senadora Emília Fernandes (PDT-RS), os membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) concordaram em transferir para quarta-feira a apreciação da proposta de emenda à Constituição que extingue a figura do juiz classista. Apresentada em 1995 pelo então senador Gilberto Miranda, a matéria tem parecer favorável do senador Jefferson Péres (PDT-AM), nos termos de substitutivo.

A PEC que extingue a representação classista na Justiça do Trabalho voltou à comissão, para reexame, por requerimento do então senador Josaphat Marinho, aprovado no ano passado. Na reunião realizada ontem, a senadora questionou o arquivamento de emenda constitucional de sua autoria, já que um requerimento solicitando tramitação conjunta com a de Miranda fora aprovado pelo plenário. “A nosso ver, não pode a presidência anular a decisão do plenário que aprovou requerimento, para tornar sem efeito a tramitação em conjunto, destinando a matéria ao arquivo”, disse Emília.

O relator contestou a argumentação da senadora com base no que estabelece o Regimento Interno do Senado. A questão foi contornada por sugestão do senador José Eduardo Dutra (PT-SE). Emília reapresentou à tarde sua PEC e em seguida entrou com requerimento pedindo apensamento à proposta de Gilberto Miranda. “Se tudo der certo, as duas matérias serão relatadas conjuntamente na próxima quarta-feira”, afirmou o presidente da CCJ, senador José Agripino (PFL-RN).

AValiação DE POLICIAIS

Na mesma reunião, a CCJ aprovou parecer do relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), pelo acolhimento de duas emendas de plenário ao substitutivo a projeto de lei da Câmara dos Deputados que institui a avaliação psicológica periódica para os policiais civis e militares, e dos corpos de bombeiros militares.

Uma das emendas é de autoria do senador Romero Jucá (PSDB-RR) e a outra, de iniciativa do senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB).



Emília Fernandes reapresentou PEC sobre juizes classistas

Comissão não aceita vincular terras da União a projetos ambientais

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), aprovou parecer do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) contrário a projeto de lei da Câmara que propõe a utilização de parte de terras devolutas da União em projetos ambientais. O projeto havia sido aprovado, no mérito, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que pediu, entretanto, a análise da CCJ sobre a constitucionalidade da proposição.

Ramez Tebet concluiu pela constitucionalidade do projeto, mas decidiu também opinar quanto ao mérito, considerando desaconselhável utilizar terras devolutas da União para fins ambientais, já que compete ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) tomar providências administrativas e medidas judiciais sobre essas áreas. A matéria voltará a ser analisada pela CAS e depois irá a plenário.



Ramez Tebet considerou o projeto constitucional, mas deu parecer contrário ao mérito

Pelo projeto da Câmara, 50% do produto da alienação de terras devolutas, incorporadas ao patrimônio da União, serão destinados ao desenvolvimento de projetos ambientais localizados na mesma unidade da Federação. A proposta prevê também que a administração dos projetos ambientais poderá ser feita pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) ou por

convênio com outras instituições.

Os senadores debateram o parecer contrário do relator e ainda um voto em separado do senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), que aprova o projeto e discorda da decisão de Tebet de opinar também sobre o mérito.

O voto em separado foi lido pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), mas, ao final da discussão, os senado-

res concordaram em aprovar o parecer de Ramez Tebet, com a informação à CAS de que a CCJ aprova a constitucionalidade e faz ressalvas quanto ao mérito do projeto.

Durante a discussão da matéria, Tebet disse que a utilização desses imóveis em projetos ambientais sacrificaria ainda mais a reforma agrária. Ele defendeu seu parecer, alegando que a matéria deveria ter sido submetida primeiro à CCJ e que, portanto, a comissão poderia julgar seu mérito. Concordaram com os argumentos de Tebet os senadores Amir Lando (PMDB-RO) e Álvaro Dias (PSDB-PR). Já Lúcio Alcântara (PSDB-CE), José Fogaça (PMDB-RS) e Iris Rezende (PMDB-GO) discordaram da conclusão de que houve erro na distribuição do projeto, alegando que nem todas as matérias devem passar primeiro pela CCJ, mas acabaram apoiando, com ressalvas, o parecer do relator.